

# A ESCOLA QUE PROTEGE CONTRA A HOMOFOBIA

José Cleudo Gomes <sup>1</sup>

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

cleudogomes@hotmail.com

## RESUMO

A prevenção da homofobia no ambiente escolar é de fundamental importância para que tenhamos de fato uma escola inclusiva, igualitária e não homofóbica. Assim, busco problematizar a questão da homofobia dialogando com BORRILLO, 2010; JUNQUEIRA, 2009; ABRAMOVAY, 2004. Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do Projeto Escola que Protege, no tocante a temática da homofobia, a partir de um curso de formação de prevenção e enfrentamento a violência, destinado aos/as educadores/as da Rede de Proteção de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescentes. O projeto citado foi desenvolvido de 2008 a 2009, em 12 cidades do Estado da Paraíba e envolveu 1068 participantes nos três anos. O Projeto Escola que Protege foi financiado pelo Ministério da Educação e executado pela Universidade Federal da Paraíba. O percurso metodológico deste estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com dados de pesquisas quantitativas realizadas sobre discriminação na escola e o relato de experiência do pesquisador durante a participação no processo de formação docente no referido projeto.

**Palavras chaves:** Homofobia, Escola, Formação docente.

## Introdução

A prevenção da homofobia na escola torna-se realidade no cotidiano escolar a partir das ações de formação continuada atualmente realizadas em todo território nacional, com projetos e programas financiados pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI), em nível estadual, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) desenvolveu o Projeto Escola que Protege, de 2008 a 2010, com um curso de formação que discutia a prevenção e o

---

<sup>1</sup>Graduado em Pedagogia pela UFPB, Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE/UFPB, aluno bolsista do CNPq.

enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, nos municípios: Baía da Traição, Caaporã, Conde, Lucena, João Pessoa, Rio Tinto, Bayeux, Cabedelo, Guarabira, Pedras de Fogo, Bananeiras e Patos.

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados do Projeto Escola que Protege no tocante a temática da homofobia, a partir de um curso de formação de prevenção e o enfrentamento a violência, destinado aos educadores/as da Rede de Proteção de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescentes.

O percurso metodológico deste estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com dados de pesquisas quantitativas realizadas sobre discriminação na escola e o relato da experiência durante a participação do pesquisador no processo de formação dos participantes no referido projeto.

A temática sobre violência homofóbica na escola foi inserida nas ações do Projeto Escola que Protege da Paraíba no ano de 2008, de acordo com as demandas oriundas das escolas e de discussões do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos/UFPB, daí a necessidade de problematizar com os educadores e educadoras a questão da homossexualidade e homofobia na escola.

Com isso precisamos compreender o que é homofobia. De acordo com Borrillo (2010, p.13), homofobia é “uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado à distância, fora do universo comum dos humanos”.

Já Carvalho, Andrade e Junqueira (2009, p. 24) diz que o “termo comumente utilizado para definir o medo, o desprezo, a desconfiança, o ódio, a hostilidade e a aversão em relação à homossexualidade e às pessoas homossexuais ou identificadas como tais”. Esses sentimentos em relação às pessoas homossexuais têm forte influência da cultura machista e sexista que os indivíduos recebem da sociedade.

Assim para desconstruir o preconceito na escola e contribuir no processo de formação do Projeto Escola que Protege, foram convidados além do autor deste

trabalho, militantes do Movimento LGBT<sup>2</sup> da Paraíba, para ministrar oficinas que associavam a prática da militância aos conteúdos, tais como: a proteção e garantia dos direitos dos homossexuais e o respeito à livre orientação sexual (GOMES, 2011, p. 170).

A desconstrução de práticas e discursos homofóbicos na escola é uma preocupação da sociedade civil organizada e do poder público, tanto que foi publicado pelo Ministério da Educação, o livro *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*, no qual Rogério Junqueira (2009:15) organizador da obra afirma:

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT - muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado.

Esta situação decorre da ausência e/ou inexistência de educação sexual nas escolas, e quando presente na escola está voltada para as questões biológicas e não considera que discutir sexualidade vai além deste campo de conhecimento, tem a haver com a sexualidade e a afetividade das pessoas. É preciso respeitar os comportamentos e identidades de todas as pessoas da comunidade escolar, desde a sua orientação sexual e os novos arranjos de família, desconstruindo o paradigma da heteronormatividade<sup>3</sup> tão presente na escola e na sociedade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou em 2004, a Pesquisa Juventude e Sexualidade<sup>4</sup>, na qual foram

---

<sup>2</sup> Sigla empregada pelo movimento social e adotada especialmente para constituir as políticas de identidade sexual do segmento, a qual significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

<sup>3</sup> “Conjunto de valores, normas, dispositivos e mecanismos definidores da heterossexualidade como a única forma legítima e natural de expressão identitária e sexual, que faz com que a homossexualidade, a transgeneridade e as práticas sexuais não reprodutivas sejam vistas como desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado”. CARVALHO, ANDRADE E JUNQUEIRA (2009, p.20)

<sup>4</sup> Pesquisa realizada em 2000, e publicada em 2004 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 14 capitais brasileiras e 241 escolas. ABRAMOVAY, Miriam (Org.) Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

entrevistados 3.099 educadores/as, em que 60% não sabem como abordar a questão da homossexualidade em sala de aula. Passados cerca de 10 anos após a realização desta pesquisa, é nítido que os educadores e educadoras ainda não despertaram o interesse em discutir homossexualidade e homofobia na escola, e a não discussão é prejudicial para os/as alunos/as homossexuais que estão na escola, em virtude de não terem tido informação sobre diversidade sexual e gênero na sua formação docente não tem como prevenir situações homofóbicas contra estes alunos/as. (ABRAMOVAY, 2004)

Nesta mesma pesquisa, foram entrevistados 16.422 alunos/as, onde 27% não gostariam de ter um colega de classe homossexual e o mais agravante dos 4.532 pais e mães não apóiam que seus filhos/as estudem no mesmo local que gays e lésbicas estudam. Os dados desta pesquisa foram utilizados na ocasião da realização das oficinas junto aos municípios paraibanos por onde o Projeto Escola que Protege passou e professores/as confirmavam que os percentuais mostram que a comunidade escolar não está apta a acolher um/uma cidadão/ã homossexual na escola e há necessidade de se aprofundar sobre essa temática, oferecendo uma interpretação sobre a conceituação da homossexualidade e da homofobia na escola e propondo a construção de uma escola sem homofobia, onde o respeito aos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e travestis seja pleno no cotidiano escolar.

### **Homofobia: que fenômeno é esse?**

Inicialmente nas oficinas realizadas no Projeto Escola que Protege conceituamos o significado de homofobia, mas é preciso exemplificar o que este fenômeno faz de fato com as pessoas homossexuais nas escolas. Em seu estudo de conclusão de curso Luciano Liberato (2008) identificou que na escola há espaços específicos para socialização da discriminação, em especial para os homens, onde eles expressam a sua masculinidade, e este espaço é o banheiro, com desenhos e escritos preconceituosos e de descoberta da sexualidade. E na maioria das vezes o alvo predileto são os alunos e alunas homossexuais. É comum ver nas portas e paredes dos banheiros palavras insultando a orientação sexual dos alunos.

Liberato (2008, p. 30) diz “a homossexualidade aflora dentro de um ambiente preconceituoso, como a escola, que estanca as atividades do aluno e ainda divide os sexos e cobra deles uma postura quanto ao seu comportamento na sociedade”, a escola deveria promover uma ruptura com estas atitudes, realizando ações interdisciplinares e limpas de forma pedagógica estes escritos discriminatórios e não permitir que eles se espalhem no ambiente escolar prejudicando assim os sujeitos homossexuais.

Inevitavelmente associamos a massificação da homofobia na escola ainda a postura de alguns professores que não desconstrói estas práticas homofóbicas. Já que segundo a UNESCO<sup>5</sup>, apesar de a maioria dos professores concordarem na introdução de temas como homossexualidade no currículo escolar, muitos ainda entendem este tema como sendo perversão, doença e/ou deformação moral, tendo com isso posturas negligentes em relação aos insultos e aos maus tratos.

### **O cotidiano escolar e suas práticas discriminatórias**

A escola convive diariamente com situações que colocam em discussão a orientação sexual dos alunos e alunas, como por exemplo, quando um aluno que tem traços femininos “desmunheca”, este é insultado pelos colegas e a professora orienta ao aluno que ele “tome jeito de homem”, e esta orientação é baseada nos comportamentos heterossexuais, pois não é permitido comporta-se fora do sexo biológico, esta orientação da professora face em virtude do padrão heteronormativo imposto na escola (FACCO, 2009).

É inconcebível que alunos homossexuais enfrentem cotidianamente estas atitudes de desrespeito, vexatórias e violência e a escola haja com naturalidade e normalidade, a discriminação quando tida como normal é banalizada e reproduzida, pois se teve permissividade com tais ocorrências outros desdobramentos acontecerão.

---

<sup>5</sup> Pesquisa realizada em 2004, nas 27 unidades da Federação, com professores brasileiros. O trabalho tinha como objetivo traçar o perfil sócio, econômico e profissional dos professores do ensino fundamental e médio da rede pública e privada. Foram entrevistados 5000 professores, sendo 82,2 % da rede pública e 17,8% da rede privada.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)<sup>6</sup>, a pedido do Ministério da Educação divulgou uma pesquisa, em que comprova que as práticas discriminatórias existente na escola piora o desempenho dos estudantes discriminados, entre os alunos que são vítimas de zombaria estão os *negros, pobres e homossexuais* (grifo nosso).

A pesquisa revela que 87% da comunidade escolar têm preconceito contra homossexuais. A escola que deveria ser um espaço de diversidade torna-se um lugar de violência homofóbica. Um breve levantamento em qualquer *site* de busca, encontramos vários relatos de jovens homossexuais que são discriminados na escola e que os alunos não se sentem respeitados e nem compreendidos, assim acabam evadindo da instituição que deveria acolhê-los e não recusá-los (CIEGLISNSKI, 2010).

Pesquisas como esta da FIPE comprovam que a falta de discussão e material pedagógico reforça a discriminação contra os alunos homossexuais. A escola poderia se utiliza de personagens homossexuais para evidenciar posturas sérias e inclusivas, como também reforçar a existência dos novos arranjos de família, já que hoje a família tradicional composta de pai e mãe já não é mais a predominante e assim daria visibilidade às famílias compostas por casais homossexuais, desconstruindo preconceitos e rompendo com o modelo padrão.

Para Vera Candau (*apud* FACCO, 2009, p. 130) a escola reproduz a discriminação por que

os veículos de discriminação vão desde o currículo formal, que exclui múltiplas e variadas maneiras de expressão cultural, passando pela linguagem não-verbal, até chegarem, frequentemente, ao nível dos comportamentos e das práticas explícitas [...] o ambiente escolar pode tornar-se um local de reprodução de preconceito, sem que haja problematização ou tentativas de desnaturalização do mesmo.

Dessa forma, notamos a necessidade de formação continuada para os docentes no tocante a temática da homossexualidade, pois a partir do momento que a homofobia passa a ser vista como natural, ela é impregnada na escola, nas pichações dos banheiros, nos desenhos nas carteiras e no comportamento dos profissionais e o que precisa-se é

---

<sup>6</sup> O MEC utilizou o grau de intolerância e o desempenho escolar dos resultados da Prova Brasil de 2007 para chegar a esta conclusão, entrevistando 18.600 pessoas, entre alunos, pais, diretores, professores e funcionários de 501 escolas de todo o Brasil.

fazer exatamente o contrário desnaturalizar o que não é normal, pois discriminar deveria ser considerada uma anormalidade.

### **O uso do recurso áudio visual como forma de combater a homofobia na escola**

O cinema tem produzido excelentes filmes e documentários que contribuem para que a escola reflita as diferenças e possa respeitá-las. O uso do áudio visual no contexto escolar é uma ferramenta que pode introduzir a discussão sobre homossexualidade na escola e assim desconstruir o preconceito por parte dos discentes.

Durante as oficinas no Projeto Escola que Protege optamos em utilizar como recurso para propiciar o debate o curta metragem “*Pra que time ele joga?*” (2003), produzido pelo Ministério da Saúde e Fórum Paulista de DST/AIDS, onde o personagem principal, é um jovem homossexual que descobre sua sexualidade na escola e passa por conflitos e situações discriminatórias, mas que consegue ultrapassa o preconceito. O personagem tem o apoio da família no seu processo de descoberta e história como esta pode transformar concepções preconceituosas e fortalecer uma cultura de paz e respeito com as pessoas homossexuais na escola.

Em nível local, a produção cinematográfica da Paraíba tem produzido documentários sobre diversidade que colocam a identidade de gênero<sup>7</sup> travesti em evidência e possibilitam o debate em sala de aula. O documentário “*Amanda e Monick*” (2008), de André da Costa Pinto produzido com o apoio da Universidade Estadual da Paraíba, retrata a história de duas travestis, da cidade de Barra de São Miguel, cariri paraibano, sendo que Amanda é professora de uma escola pública do município e Monick, uma profissional do sexo, e esta dualidade são ponto alto do roteiro, pois apresenta a possibilidade real de que a travesti pode ser uma educadora e ser respeitada como profissional. No decorrer do filme os alunos e pais da escola em que Amanda leciona relatam que a educadora é igual aos outros profissionais independente da sua orientação sexual.

---

<sup>7</sup> O conceito de identidade de gênero está ligado profundamente a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Incluem-se o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero (vestimenta, modo de falar etc.). PRINCÍPIOS DE YOGYKARTA (2007, p. 6)

Os dois filmes trazem personagens de orientação sexual homossexual que se encontra no cotidiano escolar e proporcionar a reflexão sobre a cidadania e os direitos deste segmento na sociedade. A exibição destes recursos possibilita que a escola tenha um outro olhar com os docentes e discentes homossexuais.

### **Resultados/Considerações**

Com o Projeto Escola que Protege, foram capacitados 1068 participantes, sendo em 2008, 524 pessoas; 544 pessoas em 2009 e em 2010, 395 pessoas, em 13 cidades paraibanas, elencadas no início deste artigo. Dentre os participantes no Projeto, profissionais da educação e membros da Rede de Proteção de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescentes: conselheiros tutelares, assistentes sociais, psicólogos, conselheiros de direitos, entre outros.

Mas, ainda estamos distante de uma escola sem homofobia, por que percebemos que mesmo existindo diretrizes específicas nos marcos legais como a LDB, os PCNs e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT que norteiam a discussão sobre orientação sexual nas escolas, ainda é notório a invisibilidade da homossexualidade no contexto escolar, ocasionado situações de homofobia. Os dados da pesquisas comprovam a existência da homofobia nas escolas brasileiras e evidenciam a necessidade de discutir a diversidade sexual com os profissionais de educação.

Este fato ocorre, segundo Facco (2009, p. 103) por que “o currículo omite elementos que formam a diversidade cultural e apresenta estereótipos, ele acaba por reforçar cada vez mais diversos tipos de preconceitos”. São esses elementos que o presente trabalho buscou explicitar, de forma breve, que as escolas ainda não atendem a diversidade sexual na sua totalidade e nem as determinações dos PCN’s no tocante ao respeito a homossexualidade.

Por tanto é preciso um maior aprofundamento, para melhor compreensão das práticas docentes no contexto escolar para termos de fato uma escola inclusiva, democrática, igualitária e não homofóbica.

### **Referências**

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Pesquisa Juventude e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

AMANDA e Monik. Roteiro e direção de André da Costa Pinto. Campina Grande/PB: UEPB, 2008. 1 DVD.

BRASIL. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

CIEGLISNSKI, Amanda. **Pesquisa revela que 87% da comunidade escolar têm preconceito contar homossexuais**. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/07/24/ult105u8411.jhtm>> Acesso em 15 out. 2014.

FACCO, Lúcia. **Era uma vez um casal diferente: a temática homossexual na educação literária infanto-juvenil**. São Paulo: Summus, 2009.

GOMES, José Cleudo. O uso do vídeo na prevenção da homofobia: a experiência no Projeto Escola que Protege. *In*: CARLOS, Erenildo João; VICENTE, Dafiana do Socorro Soares (Orgs). **A importância do ato de ver**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LIBERATO, Luciano Vitor Dias. **Preconceito, discriminação e segregação: o discurso contra o homossexual no espaço escolar**. 2008. 55 f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PRA QUE time ele joga? Roteiro de Leandro Alkimn. Direção de Markus Ribeiro. São Paulo: CRT/DST-AIDS-SP, 2003. 1 DVD.

PRINCIPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, julho de 2007. s.n.t.